



Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua

Volume 1, Edição 25
Boletim Semestral
Janeiro de 2017

Tem a Palavra

Esta nossa edição é levada a termos num tempo bastante especial. Publica-se numa altura em que findou um mandato e outro se inicia, num processo de renovação que não deixa de ser também de continuidade.

Estivemos em nossa entender, perante o desafio de no momento certo e inadiável se proceder a uma pequena grande alteração e foi isso que fizemos. Saíram três ilustríssimos elementos e entraram outros três de quem muito se espera.

Não foi fácil mas tinha de ser feito. Jamais no esquecemos no enorme respeito que nos merece quem saiu, por isso a renovação necessariamente teve de ser realizada num contexto de plena e mútua concordância. Assim foi. Por isso estamos contentes.

Os tempos que correm e muito mais os que se avizinham são de enorme complexidade para qualquer organização. Para a nossa bem como para todas as congéneres, muito mais o será.

O nosso grande desafio é e será em dias e anos de crise profunda, sermos capazes de encontrar soluções para quem nos procura, ao mesmo tempo que se consegue garantir o equilíbrio financeiro que garante a continuidade.

Para se concluir o quanto é difícil, basta que nos lembremos que quanto mais a crise for abrangente e efetiva, maiores são as necessidades de apoio sentida pela comunidade, ao mesmo tempo que mais escassos são os recursos disponíveis para se concretizarem as respetivas respostas.

Mas estamos cientes da situação. Por isso agimos. Temos uma equipa capaz de se unir na ação, e capaz de encontrar as saídas depois dos diagnósticos feitos. Não iremos alienar o passado que muito respeitamos e nos ensina, mas iremos rumar na direção do futuro.

Sabemos que é o que se impõe e que é o que se espera de nós. Por isso vamos em frente.

Espírito Solidário

Propriedade: Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua

Director: Manuel Mesquita

Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua: Uma Instituição Presente e Eficiente na Comunidade Reguense

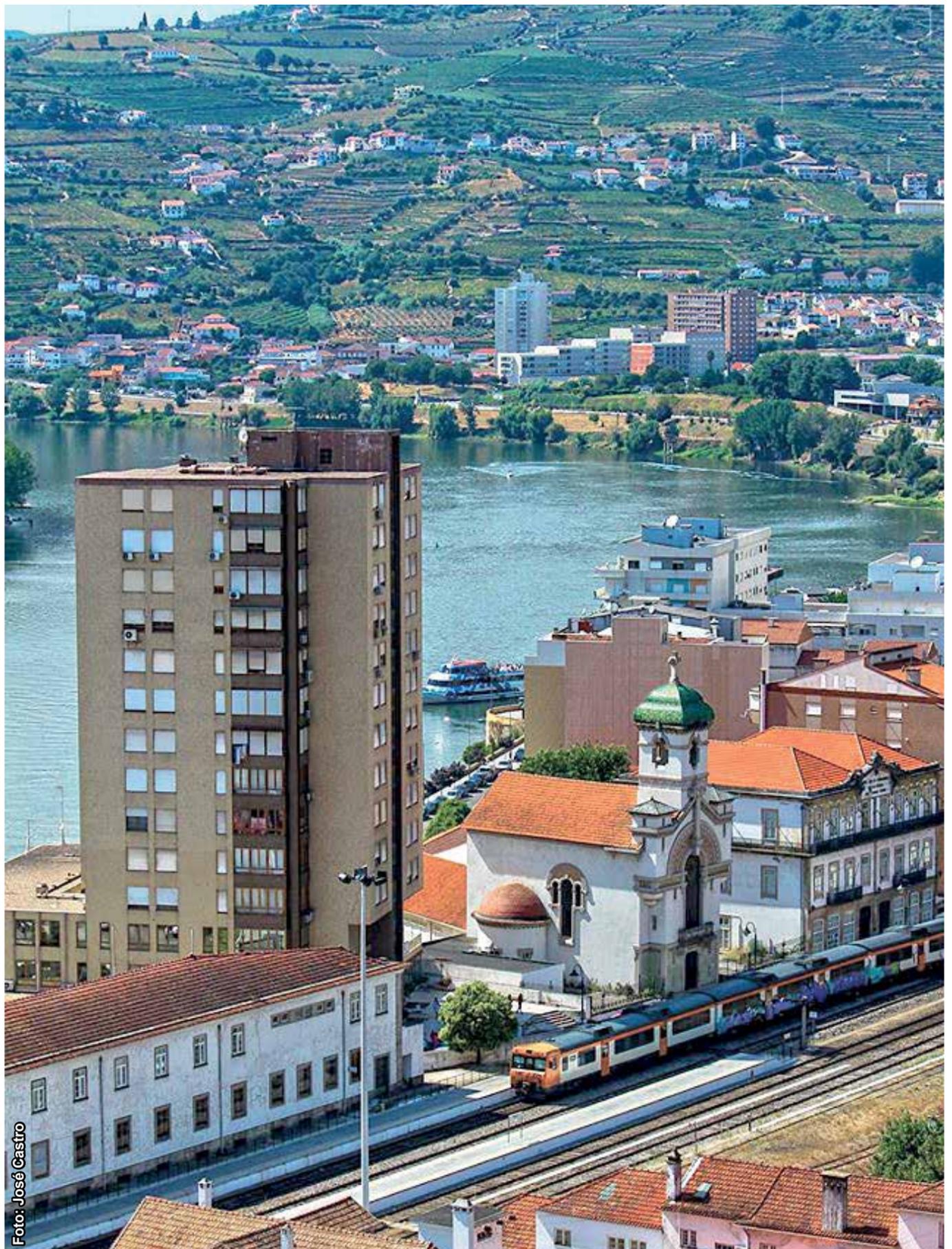


Foto: José Castro

Solidariedade é um rio que nasce no coração e desagua na mão que dá, fazendo uma ponte eterna para a mão que recebe

Entrevista com o senhor Provedor Professor Manuel José Mesquita

O retrato que se impõe de uma Instituição de solidariedade social em tempos de apreensão mas também de esperança. A Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua nos caminhos do futuro que se pensam no presente. O seu papel inquestionável dentro da comunidade reguense.

Mostrar o que se é, o que se pensa e o que se pretende, é também uma forma de se garantir eficiência e de se gerarem as dinâmicas certas. Por isso demos à estampa a entrevista que se segue:

Senhor Provedor, quem está de fora, na comunidade, nem sempre se apercebe da dimensão real deste pequeno grande mundo que é a Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua. O que é e representa esta instituição?

Somos a segunda maior instituição do concelho do Peso da Régua, sendo nada menos do que o segundo empregador logo a seguir à Câmara Municipal. Não somos das maiores Misericórdias a nível nacional, mas no contexto regional somos das mais destacadas.

A importância da nossa instituição, muito mais se calhar do que da sua dimensão ou estrutura económica advém do facto de intervir na comunidade através de diversas valências que respondem em primeira mão às necessidades...

A Sta. Casa da Misericórdia do Peso da Régua assenta a sua ação nas 14 Obras de Misericórdia, que como se sabe, são sete morais e sete materiais. Daí que tenha uma grande e efetiva preponderância na ajuda às pessoas. A nossa actividade é essencialmente solidária, por um lado com ajudas do Estado e também dos próprios utentes dentro do possível, mas o certo é que os serviços que disponibilizamos são essenciais. Caso contrário, haveria pessoas com necessidades e outras com falta de assistência e de apoio.

A tendência atual é de o Estado se retirar cada vez das ajudas e dos serviços, mais passando a responsabilidade para a própria sociedade sem que contudo acompanhe com as devidas participações financeiras. Até que ponto se consegue manter o equilíbrio neste contexto?

Com muitas dificuldades sem dúvida. É uma questão transversal a todas as instituições de solidariedade social, principalmente as de pequena e de média dimensão, como é o caso da nossa. As grandes, terão meios que lhes permitem encarar as coisas de outra maneira, eventualmente com toda a plenitude, as instituições de um modo geral passaram momentos muito complicados. Aliás, ainda não se ultrapassou o problema. Não é por acaso que foram criados fundos de coesão estruturais de apoio a nível nacional para ajuda a algumas instituições. No caso da Misericórdia da Régua, podemos dizer que estamos na ressaca do que foram os anos de 2011, 2012 e 2013, tempos em que se perdeu muito daquilo que se tinha, e que se impõe que se recupere dentro do que é possível. Estamos numa fase de consolidação. Está a correr bem, mas leva o seu tempo...

Voltando à questão do equilíbrio possível entre as responsabilidades transferidas e os apoios disponibilizados...

Em primeiro lugar temos de olhar para os recursos que o país tem. Não há que se duvidar de que os apoios que o Estado pode dar estão no limite. O poço tem fundo, contrariamente ao que parecia antigamente. Daí que os apoios públicos pouco mais possam crescer. Caso se mantenham já não é mau. Daqui que se estudem estratégias linhas de apoio para equipamentos em zonas identificadas com essas carências, devidamente mapeadas pelas autarquias e das Comissões de Coordenação Regional. A desertificação é um facto e vai ser muito difícil inverter

a tendência. Os jovens de hoje que serão os idosos de amanhã não se fixam por cá como que sabe. Daqui a uns anos haverá também menos idosos, as infraestruturas que agora existem vão revelar-se pesadas, caras e sem préstimo, quase. Daí que a aposta tenha de ser em coisas mais leves e flexíveis que exijam menos custos de manutenção e de investimento, mas que mesmo assim consigam melhor qualidade no serviço que prestam à comunidade. Obrigatoriamente tem de se encontrar o equilíbrio que permite com menos dinheiro fazer mais e melhor sem que que hipoteque os próprios equipamentos ao dispor. Por outro lado, dada a situação de falta de recursos do Estado, o caminho passará por se chamar mais a responsabilidade familiar na participação dos custos. As instituições vão enfrentar grandes desafios, económicos e financeiros. Por exemplo, caso o Salário Mínimo Nacional suba muito, vão surgir grandes dificuldades financeiras a muitas instituições, e ao salário mínimo estão indexados outros salários que sobem de uma forma progressiva até um determinado nível. Vão ser criadas dificuldades a muitas instituições e não descarto o encerramento de algumas de menor fluxo financeiro. A situação é complicada, pois todos estamos no limite, inclusivamente os utentes e em muitos casos os próprios familiares diretos...

Fazendo o ponto: Por um lado os recursos nacionais e públicos são escassos, e os das instituições idem em aspas. Logo a alternativa é transferir cada vez mais para os utentes os encargos inerentes...

No fundo isso já está a ser feito. Dou um exemplo: No Lar de Idosos, antes só se contava com a participação direta do utente através das reformas. No entanto, como estas baixaram, houve necessidade de se pedir a participação das famílias no pagamento da despesa média estipulada pelo valor de referência. Os rendimentos que o idoso deve apresentar não são os da reforma mas sim os seus rendimentos globais e anuais. Não pode ser de outra maneira. Os que estão diretamente ligados aos idosos para o bem e para o mal têm de cumprir também com as obrigações. O Estado está exaurido, está extremamente exigente nos gastos, por isso, quem deve ajudar tem de ajudar. Ninguém se iluda que vamos assistir a aumentos ou alargamentos nos apoios oficiais. Não há saída possível.

Isto no que se refere ao Lar de Idosos. E por exemplo na Unidade de Cuidados Continuados?

Nessa valência o Estado já vem transferindo alguma da responsabilidade dos custos para os utentes ou seus familiares. Nota-se que os valores que são disponibilizados por ele têm diminuído, e em contrapartida têm aumentado as participações diretas dos utentes. Esta situação não se verifica por exemplo no Lar de Infância e Juventude, pois aí temos crianças que são protegidas pelo Estado. Cabe a ele a responsabilidade por elas. Nós somente as cuidamos depois de nos serem entregues...

O Estado quando as retira às famílias assume essa responsabilidade...

Exactamente. Por isso o valor dos apoios se tem mantido sem alteração. Inclusivamente procura-se cada vez mais apoios através de especialistas para que as crianças



Equipa do Centro Infantil



Equipa do Lar de Infância e Juventude

adquiram personalidade e proximidade quer com as técnicas quer com sociedade. Através da proximidade das especialistas, as jovens vão construindo o seu projecto de vida, a sua autonomia futura. O trabalho desenvolvido passa ainda pelas famílias de modo a que se criem condições de regresso ao lar no mais normal possível.

E quanto ao sector da Educação o que há a referir?

A Educação nas IPSS's em minha opinião, cada vez mais se vai perdendo importância e capacidade de intervenção nesta área, na minha opinião a médio e a longo prazo esta área tem os dias contados... Mas as políticas têm muitas variáveis e podem sofrer alterações e haver uma reversão.

Um ponto interessante ao que parece: No fundo, a situação no vértice e na base da pirâmide demográfica repete-se em termos de consequências. A falta de população vai levar estruturas de apoio a idosos serem excedentárias, e por sua vez a falta de crianças vai levar a excesso ou duplicação de oferta nos equipamentos de educação...

No fundo é isso mesmo sim. O Estado tem cada vez mais atenção à maneira como se afetam recursos, nomeadamente com as eventuais duplicações de oferta entre o público e o privado, como de resto se percebe. Através do cruzamento de dados facilmente se conclui onde se duplica ou não seja em que área for. Por exemplo, um idoso não pode usufruir ao mesmo tempo da cantina social e dos Serviços de Apoio ao Domicílio, como é lógico. Outro exemplo, não se pode estar no Centro de Dia e estar-se inscrito no Lar. Actualmente está-se inclusivamente a estabelecer-se comparações em termos municipais. Aí entra a Educação, que é o primeiro serviço a ter uma avaliação por parte do Estado, atendendo que existe uma boa cobertura pública. Veja-se por exemplo o que se passou recentemente com o problema dos colégios privados com participação. Essa análise está a espalhar-se para outras áreas nomeadamente para o Pré-escolar que é obrigatório a partir dos 3 anos de idade. Daí que se exija todo o cuidado e alguma atenção redobrada a da nossa parte, bem como de qualquer outra instituição que preste esses serviços. Podemos vir a depara-nos com uma situação de excesso de pessoal que foi admitido, tendo em conta os acordos de cooperação e o quadro de pessoal de referência nesses acordos para com um número de crianças, de alunos, que depois baixa drasticamente por haver.

Quando o acordo de cooperação é assinado, por parte do Estado existe o compromisso de se entregar um valor por criança, mediante a garantia de prestação de serviços de qualidade. Daí que quer se queira quer não, se assumam encargos fixos com as equipas de trabalho. Grande parte dos contratos são ou foram feitos a partir de um regime de experiência, mas depois evoluíram para contratos sem termo com as consequentes integrações nos Quadro de Pessoal. Deixando o Estado de apoiar, ficamos com uma quebra de rendimento mas continuamos com os encargos nomeadamente os salariais. A acontecer a redução dos apoios por causa do que acabei de referir vamos ficar numa situação muito complicada, sem dúvida.

A sua noção e referência ao Apoio ao Domicílio, tem muito a ver com a tal necessidade de se prestarem serviços ágeis, eficientes e de menor custos, digo eu. No fundo fazer mais e melhor com menos dinheiro...

Exactamente. Há concelhos em nosso redor, onde ainda que com menos habitantes, o Serviço de Apoio ao Domicílio é muito mais procurado e aceite. Entre nós, como disse atrás, é ao contrário, mesmo considerando a oferta de outras instituições sociais que igualmente o disponibilizam. Não percebo, pois este é um serviço em que toda a gente começa a apostar, já que custa menos e garante uma melhor situação a quem dele usufruiu. Repare-se que falamos em manter-se o idoso na sua casa, no seu meio ambiente, onde recebe todos os cuidados que são prestados no lar de acolhimento. Os lares de idosos têm de passar a ser a solução de último recurso a disponibilizar. Enquanto o idoso é autónomo, nada melhor do que continuar na sua casa com os seus hábitos quotidianos recebendo o apoio de que necessita. Então quando o não for, aí sim, opta-se pelo internamento. Acho que são óbvias as vantagens do apoio no domicílio em relação ao lar. Hoje em dia temos condições de acompanhamento permanente em casa das pessoas, nomeadamente a tele-assistência, limpeza e enfermagem. O futuro passa por aí, porque é bom e porque se recomenda em termos de gestão de recursos. Na nossa Misericórdia, temos de seguir esta estratégia associando a este serviço social os serviços na área da saúde, sobretudo o de enfermagem e fisioterapia.

Falando na St^a. Casa da Misericórdia do Peso da Régua. De um modo geral, pode dizer-se que apesar das dificuldades de contexto de crise e da diminuição dos apoios do Estado, a situação financeira está equilibrada. Certo?

Podemos dizer que sim. Felizmente temos receitas próprias possibilitadas pelo património que foi sendo construído ao longo dos anos e desde há muito tempo. Temos uma almofada que nos permite prestar cuidados sem se onerar mais os utentes, pois se assim não acontecesse, não havia meio de lhes exigir mais em termos de participação. Felizmente aqui na Régua, ainda podemos ajudar as famílias por essa via, assumindo custos que se impõem. Basta por exemplo olharmos para as



Equipa da Unidade de Cuidados Continuados



Equipa do Lar de Idosos

mensalidades suportadas pelos pais no nosso Centro Infantil, e compará-las com as que se praticam em Lamego ou em Vila Real. Isto ainda que por vezes alguém pense que nos paga muito. Bem sei que cada um sabe das suas possibilidades, mas basta comparar.

O facto de a Misericórdia da Régua ter património que soube rentabilizar, permite alargar a sua ação de solidariedade à comunidade ainda que nisto, de uma forma indireta...

Completamente. De resto, essa é a nossa função, ou a nossa essência. Mesmo no auge da crise que afetou tudo e todos, nós marcamos presença. Em 2012 por exemplo, procedemos a uma redução significativa das mensalidades, e quando foi possível e necessário aumentá-las, fizemo-lo cuidadosamente cientes de que as famílias estavam no seu limite financeiro. Suportamos prejuízos dentro das nossas possibilidades e com toda a ponderação. Passamos dois ou três anos muito complicados, mas hoje podemos encarar o futuro com mais tranquilidade. As contas estão consolidadas e com mais um ou dois anos voltaremos à situação de antes da crise. Dá muita canseira, mas tem de ser. Temos 150 colaboradores, logo suportamos em grande parte a vida de 150 famílias. Por isso temos de encontrar soluções, tomando as medidas certas e eficientes. Podemos estar tranquilos em relação às contas que estão devidamente certificadas pelos especialistas.

A Misericórdia da Régua é, pode dizer-se, um barco com certa envergadura....

Sem dúvida. No Lar D. Antónia Adelaide Ferreira, temos capacidade para 75 camas. O Acordo com a Segurança Social prevê apoio para 60. Depois temos

5 quartos individuais e as *suites* que são alugadas sem participação pública. Na Unidade de Cuidados Continuados Carlos Cardoso dos Santos, temos 26 camas. Graças a muito esforço dos colaboradores, está a ser possível ter a despesa controlada. Sustenta-se a ela mesma. O Centro Infantil está em evolução. Não sabemos o que vai acontecer, como se viu atrás, mas estamos atentos. No Lar de Infância e Juventude, o nosso corpo de técnicas acompanha com eficiência as nossas jovens neste tempo tão diferente de antes e tão difícil. A sociedade mudou muito, e por conseguinte também as necessidades de todos nós. Repare-se que recebemos meninas de todas as idades até aos 18 anos com todos os problemas inerentes e mais os problemas que qualquer adolescente tem. Procuramos que aqui encontrem resposta para os seus anseios quotidianos, aproximando o seu dia-a-dia o mais possível da vida das outras jovens. Inclusivamente quando conseguimos que lhes sejam atribuídas bolsas de apoio financeiro, guardamos o dinheiro que é delas e que lhe é entregue quando se vão embora. Temos uma jovem que está na Universidade em Coimbra, havia outra, mas foi para o estrangeiro para junto de uma irmã, que quando está de férias ou vem de fim-de-semana, leva aquilo de que necessita como qualquer jovem que vem a casa dos pais. Além disso, temos serviços de apoio prestados através de projetos autónomos tendo-se em vista o seu desenvolvimento e a sua integração na família e na comunidade.

Temos ainda Cantina Social.

Confesso que de início tive alguma atitude crítica em relação à Cantina Social porque o serviço me parecia ter um grande cariz de caridade. Mas agora em face das alternativas que parece que se querem implementar em sua substituição, prefiro-a a estas. Se opção vir a ser entregar-se dinheiro às pessoas, não me parece bem, pois nada nos garante que este se gaste em tudo menos em comida. Há risco de haver crianças e idosos com fome, por exemplo. Caso se opte por se entregar géneros alimentícios para cozinhar, também nada garante que sejam devidamente utilizados. Apesar de tudo a Cantina Social dá mais garantias.

Em jeito de finalização, o que se lhe oferece acrescentar?

Diria que a sociedade civil tem de saber viver com o facto de a presença do Estado ser cada vez menor assumindo responsabilidades mais efetivas quer no suporte dos encargos, quer na envolvimento individual na ajuda às instituições de solidariedade. Por sua vez, estas têm de estar atentas, sabendo adaptar-se às mudanças.

Nos últimos 10 ou 15 anos o sector social alterou-se muito em termos de contexto, ainda que se mantenha a sua essência. Fazer com a qualidade que se impõe com menores custos, é o grande desafio. Muitas vezes se critica que as Misericórdias são Instituições que praticam a caridade e a solidariedade e não empresas... Mas eu direi que tem que ser geridas como empresas para poderem meios de praticarem a caridade e a solidariedade.

Historial

No final do séc. XV é fundada em Lisboa, sob protecção da Rainha D. Leonor de Lencastre, a primeira Misericórdia em Portugal. D. Leonor de Lencastre nasceu em Beja em 1458, filha de D. Fernando e de D. Beatriz, duques de Viseu. Casou com o rei de Portugal, D. João II de quem também era prima, e teve um único filho, o infante D. Afonso, que faleceria em 1495 em consequência de uma queda que se revelou como mortal.

D. Leonor morreu em 1525 e está sepultada no Mosteiro da Madre de Deus em Lisboa, que mandou edificar. Para sepultura do seu filho e do marido, mandou construir, no Mosteiro da Batalha, as chamadas Capelas Imperfeitas. Ao longo da vida, foi uma mulher de grande inteligência e sensibilidade, protectora das Artes e dos mais desfavorecidos.

Numa época em que o conceito de "saúde pública" não existia e os doentes estavam inteiramente dependentes da Caridade alheia (virtude cristã obrigatória, sem a qual não se chegava ao paraíso) os hospitais tinham a dupla função



de tratar os doentes e albergar os mais desfavorecidos ou os que momentaneamente haviam caído em miséria (desde que sempre tivessem sido e se mantivessem honrados...), D. Leonor

fundou o Hospital das Caldas da Rainha (já anteriormente D. João II havia iniciado a construção, em Lisboa, do Hospital de Todos os Santos) e fundou, em 1498, a primeira Irmandade da Misericórdia.

No séc. XVI assiste-se à fusão ou combinação de Casas de Misericórdia e Hospitais.

Em 6 de Julho de 1872o Rei D. Luiz I de visita à então Vila do Peso da Régua, verificando que não existia uma Casa de Caridade, e tendo-lhe sido referida pelo município a intenção de se instituir uma, disponibilizou de imediato a quantia de quinhentos mil reis para esse efeito. Como forma de agradecimento, foi então atribuído o nome do monarca ao hospital assim criado, cuja inauguração teve lugar no dia 16 de Novembro do ano seguinte numa casa pertença de Manuel de Oliveira Lemos na rua de Medeiros, hoje rua de Maximiano

Tomada de posse dos elementos dos Órgãos Sociais

No passado dia 7 de Janeiro teve lugar no Salão Nobre a cerimónia da tomada de posse dos elementos dos nossos Órgãos Sociais, contando-se com a presença do Vice-presidente da Câmara Municipal do Peso da Régua, Prof. José Manuel Gonçalves, do Eng.º Fernando Campos em representação da União das Misericórdias Portuguesas, e Dr. José Rebelo, presidente do Instituto de Segurança Social – Centro de Vila Real.

Perante estes dignatários e de diversos representantes da sociedade civil sob a forma de associações cívicas locais, no seu discurso, o senhor Provedor começou por referir que nos últimos quinze anos se registaram mudanças significativas no setor social e da saúde. *Tivemos por isso de procurar respostas capazes tornadas mais difíceis com a crise económica e financeira que como bem sabemos e sentimos teve repercussões globais. No entanto, mesmo com estas dificuldades, crescemos, atuamos em todas as áreas, modernizamos e estruturamos os Serviços de acordo com as novas orientações para os dois setores. Alargamos os serviços e criamos emprego. A Misericórdia tem agora um papel ainda mais abrangente e mais imprescindível junto da comunidade e da região. De uma forma silenciosa e sem publicidade temos ajudado muitas pessoas a ultrapassar os dias inquietantes e difíceis que hoje se vivem. Somos de igual forma o garante salarial de 150 famílias, o que nos transforma no segundo empregador do Peso da Régua.* Disse.

Prosseguindo, referiu *“... somos a única Misericórdia distrito a pertencer aos órgãos sociais da União das Misericórdias e por duas vezes aos órgãos distritais, onde estamos presentemente. Temos na pessoa do Provedor, a Presidência da CPCJ, somos 1º vogal do Conselho Fiscal da UMP de 2007/2010 e 2010/2013, Vogal do Secretariado Regional de 2004/2007 a partir de 2013, e temos a partir de 2016 a Presidência deste Secretariado.*

Voltando-se para o futuro imediatamente



próximo, disse que *“A nossa aposta essencial e prioritária será o Serviço de Apoio ao Domicílio. Vamos alargar a oferta, encontrando soluções mais imaginativas associando a Saúde numa conjugação integral dos serviços prestados nesta área.*

O investimento com maior prioridade será na eficiência energética, com a urgência de se mudarem os sistemas de aquecimento o mais rapidamente que for possível. São sistemas com mais de 20 anos, já algo obsoletos e de elevados consumos com dificuldades de manutenção e que já há alguns anos alimentam a nossa preocupação causando-nos apreensão. No entanto, a nossa atenção centra-se na consolidação orçamental.

Esta será a preocupação transversal numa ação que receberá toda a atenção e todos os esforços da Mesa Administrativa neste mandato. Será a trave mestra de toda a atividade que se desenvolverá com influência fundamental nos resultados em todas as valências da Instituição.

Para atingir este objetivo será necessária uma reestruturação financeira dos encargos bancários, de uma forma enérgica e forte e não com pensos rápidos. Já se fizeram algumas operações superficiais desta natureza que

não atingiram o centro da questão.”

Mostrando preocupação com algumas vertentes da gestão, informou que *“... teremos de proceder a uma reestruturação do quadro do pessoal. A necessidade de um conjunto mais eficaz de trabalhadores, e mais ajustado e equilibrado em cada valência pois existe a convicção que o atual está desequilibrado e injusto entre valências. De preferência deverá ser mais curto e eficiente, pois temos que melhorar o rácio do peso da massa salarial no total das receitas obtidas.”*

Anunciou a implementação de uma reforma administrativa com que se reclama uma maior amplitude da capacidade informática, e uma maior aposta nas capacidades multimédia, para que se ganhe uma nova forma de comunicar com o exterior interagindo com a sociedade, criando-se *“... uma nova imagem representativa da Instituição recorrendo às novas tecnologias da informação.”*

Relativamente à alteração na composição das listas, referiu que se manteve a continuidade mantendo pessoas com experiência e conhecimentos nas áreas a se quer dar mais atenção, sendo que este foi o momento certo para havendo continuidade da equipa se garantir também alguma renovação.

Agradecendo aos elementos que cessaram funções, agradeceu: *“Ao Sr. Noel Magalhães, ao Sr. António Portela e ao Sr. José Dias o nosso eterno obrigado pelo serviço que prestaram a esta nobre causa. Esta abdicação voluntária é outra forma de servir a Instituição. Permitindo que a Mesa Administrativa se renovasse, e rejuvenescesse. Assim foi possível assegurar o futuro de uma forma pacífica, construtiva e responsável com pessoas válidas e reconhecidas pela sociedade.*

Ao Sr. José Monteiro e ao Sr. Carlos Monteiro que também abdicam da sua permanência mas por razões diferentes.... O nosso muito obrigado”

CORPOS GERENTES - TRIÉNIO 2017/2020

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Fernando Adriano Pinto
Vice-Presidente	José Antonio Gouveia Tojeiro
Secretário	Álvaro de Carvalho Cardoso

CONSELHO FISCAL

Presidente	Ilídio Monteiro Mendes
Vice-Presidente	Manuel Pinto Dias Montezinho
Secretário Relator	Pedro Miguel Osório Almeida
Suplente	Heitor Vaz Osório Guichard
Suplente	Luis Miguel Carvalho Saraiva
Suplente	António Joaquim Alves Correia

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor	Manuel José da Silva Mesquita
Vice-Provedor	Júlio Alfredo Mota
Secretário	Manuel Igreja Cardoso
Tesoureiro	Raul Jorge Carvalho Gonçalves
Vogal	António Portela Cardoso
Vogal	Elsa Soares Peres Correia
Vogal	Hugo Tiago Rodrigues da Fonseca
Suplente	Paulo Maria Máximo Morgado
Suplente	Lídia Florisa Santos Coutinho
Suplente	Avelino Jesus Pereira
Suplente	Maria Nélia Janeiro Chaves

Historial

de Lemos. Em 5 de Agosto desse mesmo ano, foram aprovados os respetivos estatutos.

Em 27 de Fevereiro de 1881, na Assembleia Geral Extraordinária, surge o projeto de estatutos para a fundação da “Irmandade da Misericórdia adida ao Hospital de Dom Luiz I”, sendo que no seu Artigo 1º podemos ler “Esta confraria denomina-se Confraria da Nossa Senhora da Misericórdia, a qual é instituída pela mesa e sócios do Hospital de Dom Luiz I, e por outras pessoas caritativas, anexa ao mesmo hospital”.

Em 28 de Julho de 1887 inauguram-se as novas instalações do hospital, num prédio denominado “Casa Grande”, na rua do Quebra Costas, que foi legado pelo benemérito José Vaz de Lemos Seixas Castelo Branco.

Em 1906 é inaugurado o “Asilo Pedro Verdial”, sendo o nome do seu iniciador, um espanhol da Galiza que “quis deixar uma prova do seu reconhecimento à terra que o levantou da humilde obscuridade em que o acolhera para o tornar afortunado e conhecido” - in História da Régua, por Afonso Oliveira Soares. Para além da contribuição monetária de 40 contos réis, por parte do Sr. Pedro Verdial, o seu amigo e Encarregado da Fundação, Sr. António Gonçalves Martinho contribuiu com a doação de uma sua casa para a instalação do “Asilo”.

Datam de 11 de Março de 1914 os estatutos do “Asilo José Vasques Osório” (Asilo de Infância Desvalida), sendo que o seu iniciador Sr. José Vasques Osório legou a casa que habitava e os meios necessários para a sua manutenção temporária, sendo também possível a construção de uma capela privativa.

No entanto, a primeira tentativa de instituição da Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua viria a fracassar, sendo que em 22 de Fevereiro de 1928 o Governo da República Portuguesa através do Ministério do Interior concede a aprovação aos estatutos elaborados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua.

Reunindo-se pela primeira vez a Comissão Administrativa da Santa Casa no dia 10 de Agosto de 1928, para se dar conta de que a 27 de Junho tinha sido passado pelo Governador Civil do Distrito de Vila Real, o Alvará de nomeação da Comissão.

Foi nomeado o seu primeiro provedor, o major José Xavier Vaz Osório, presidente da antiga comissão administrativa do Hospital D. Luiz I, comissãoessa que organizou a recentemente criada Misericórdia.

À data da sua fundação tinha já, a Santa Casa, sob a sua administração três valências, o Hospital D. Luiz I (que permaneceu sob a sua administração até ao ano de 1976), o Asilo de Infância Desvalida José Vasques Osório e o Asilo de Idosos Pedro Verdial.

Em 27 de Maio de 1954 inicia-se a construção do atual Hospital, sendo inaugurado em 5 de Maio de 1957.

Em 7 de Outubro de 1990 é inaugurado o Infantário-Creche sendo as suas instalações no terreno anexo à Casa da Criança. Este espaço inicialmente tinha a capacidade para acolher crianças dos 3 meses aos 5 anos, no entanto com o passar do tempo a sua capacidade foi alargando, assim como as obras, para tal crescimento, foram realizadas.

Em 11 de Fevereiro de 1995 foram inauguradas as novas instalações do lar de idosos de título “Lar D. Antónia Adelaide Ferreira”, sendo um edifício novo, construído num terreno anexo ao do Hospital D. Luiz I.

Em 29 de Junho de 1999 inaugura-se o Centro Renal instalado no primeiro piso do edifício junto do Hospital e do Lar. O edifício em causa, propriedade da Santa Casa, é constituído por habitações T2, T3 e oito apartamentos para idosos pensionistas que pretendam utilizá-los, tendo acesso aos serviços do Lar através de um passadiço coberto.

Em 15 de Fevereiro de 2002 dá-se a inauguração da Casa da Criança, antigo “Asilo de Infância Desvalida”, com a recuperação total do imóvel que consequentemente melhorou as condições dos diferentes serviços e aumentou a sua capacidade de 20 para 42 de acolhimento das jovens internas.

No ano de 2007, foi celebrado um Protocolo entre a Santa Casa e o Centro Regional de Segurança Social de Vila Real para o desenvolvimento do plano “DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças” a ser implementado na Casa da Criança, presentemente denominada como Lar de Infância e Juventude.

Em 2 de Junho de 2007 foi assinalada a entrada em funcionamento, depois de remodelado e ampliado, do “Centro Infantil”, passando a ter a capacidade de acolhimento total de 205 crianças.

Nesta mesma data, foi assinado o Protocolo do Rendimento Social de Inserção (RSI) entre o Instituto de Segurança Social, IP e a Santa Casa para a constituição de uma equipa multidisciplinar para intervenção no Concelho do Peso da Régua, junto das famílias beneficiárias do RSI.

Em 18 de Novembro de 2008 é inaugurada a Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI), sediada no edifício do antigo “Asilo Pedro Verdial”, à qual se intitulou de “Carlos Cardoso dos Santos”, que deixou a sua marca como Provedor desta Santa Casa, procurando desta forma fazer justiça e mostrar o reconhecimento pelo bem que da sua ação resultou.